

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Ivanete Silva de Souza<sup>1</sup>

Leonam Elifas Leite De Souza<sup>2</sup>

Letícia Thaynã de Queiroz Alves<sup>3</sup>

Luís Augusto Nobre De Souza Mendes<sup>4</sup>

Vanessa Pacifico Do Vale<sup>5</sup>

Esta obra é fruto da pesquisa de mestrado da autora Eliane dos Santos Cavalleiro, apresentada a banca de defesa da Universidade de São Paulo no ano de 1998.

No segundo semestre de 1995, Eliane Cavalleiro ingressa no Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo (NEINB-USP) somado a sua experiência profissional em uma escola de educação infantil por mais de quatro anos, onde conviveu diariamente com crianças de quatro a seis anos. Essa experiência permitiu que a autora identificasse que nessa faixa etária, as crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem e a partir dessas experiências foi que surgiu a ideia da pesquisa.

A pesquisa traz como tema a compreensão da socialização, no que se refere às relações étnicas estabelecidas no espaço da pré-escola e no ambiente familiar. Supondo que a criança negra, desde a educação infantil, está sendo socializada para o silêncio e para a submissão.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Estácio/Uniseb (2016). Aluna do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Organizacional e Processos de Gestão da União Educacional do Norte – Uninorte e Pesquisadora no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. Email: [ivanetesilvaadm@outlook.com](mailto:ivanetesilvaadm@outlook.com)

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Química Licenciatura, Ufac. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [leonamsouza97@gmail.com](mailto:leonamsouza97@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de História Licenciatura, Ufac. Pesquisadora no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [leticialorenaqueiroz@gmail.com](mailto:leticialorenaqueiroz@gmail.com)

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Elétrica, Ufac. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [guto.nbr@gmail.com](mailto:guto.nbr@gmail.com)

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Nutrição, Ufac. Pesquisadora no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [vanessapvale@hotmail.com](mailto:vanessapvale@hotmail.com)

A obra trata a necessidade da discussão das relações étnicas para a promoção de uma educação igualitária e compromissada com o desenvolvimento do futuro cidadão. Sendo que a falta dessas discussões, pode ocasionar a existência de preconceito e discriminação étnica, dentro da escola, o que confere a criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores e alunos. Mostrando assim, o silenciamento que existe, por parte da família, que com o intuito de proteger a criança, adia o contato com o racismo da sociedade e as dores dele decorrente e também por parte da escola, através do seu corpo docente, que além de cometer práticas racistas, na maioria dos casos, nada fazem quando são informados sobre tais práticas. O que resta para a criança somente o seu silenciamento.

Para o desenvolvimento da análise desejada, foi realizada uma pesquisa de campo, através da observação sistemática do cotidiano escolar por oito meses, onde foi observado a relação professor/aluno, aluno/professor e aluno/aluno, no que diz respeito à expressão verbal, prática não verbal e prática pedagógica. Além disso, foram realizadas entrevistas com o corpo docente, com as crianças e seus familiares, buscando compreender como percebem, entendem e elaboram a formação multiétnica da sociedade brasileira.

O embasamento teórico da obra teve como fundamento a obra de autores como Paulo Freire e Rosemberg que abordam temas voltados para a educação, utilizando-se também da ideia de Jerusa Vieira Gomes e Goffman, onde os mesmos falam sobre a importância da socialização no processo da formação da identidade do indivíduo. E para explicar a maneira como o racismo pode ser identificado tanto no ambiente escolar, de uma forma institucionalizada, como fora desse ambiente, Kabengele Munanga é referência neste assunto, bem como Thomas Pettigrew e Henrique Cunha Júnior.

Com o tópico “Relações étnicas no Brasil”, a autora usa citações de vários outros pesquisadores para que entendamos como a identidade do negro está deformada ante a formação do país. E como esse tipo de questão racial provoca medo em qualquer tipo de discussão, estando coberta por uma nuvem de estereótipos. Eliane Cavalleiro traz esses conceitos que reforçam a sua experiência profissional através de conceitos vistos, ouvidos e vividos.

Em sua obra, Eliane Cavalleiro afirma que o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial estão presentes na sociedade brasileira e são altamente prejudiciais para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação. Conceitos estes que imputam alguns estereótipos ao indivíduo negro, dificultando mais ainda a sua aceitação no cotidiano da vida social. Sendo assim, através de sua pesquisa, a autora busca descobrir em que momento esse racismo é introjetado no ser humano, em qual fase da vida ou ambiente esses conceitos lhe são ensinados e como se dá o processo de socialização depois do reconhecimento dessas diferenças.

Com base na sua experiência em uma escola de educação infantil por mais de quatro anos, Eliane Cavalleiro conclui que desde muito cedo o racismo está presente na vida de uma pessoa. Na escola em que foi feita a pesquisa, as crianças tinham entre quatro e cinco anos de idade e, nessa faixa etária, crianças negras já apresentavam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertenciam, do mesmo modo em que crianças brancas revelavam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, sentimentos estes que na maioria das vezes já traziam de casa e era reforçado na escola, dificultando a socialização, pois devido as diferenças étnicas, acabam por excluir crianças negras de diversas atividades do cotidiano escolar.

Se ao chegarem à escola, crianças de quatro a seis anos de idade já apresentavam uma identidade negativa ou sentimento de superioridade em relação à outra, é certo que estes conceitos pré-estabelecidos se iniciam no lar e se perpetuam na escola. Levando em consideração que é na infância onde começamos o processo de construção da nossa identidade, se durante o convívio com outras crianças, uma é excluída por causa de sua cor, essa exclusão pode causar danos profundos nesse processo de construção, pois esse indivíduo, agora excluído, pode se auto excluir em outros momentos.

A obra está organizada em tópicos que falam sobre a educação infantil-socialização: família, escola e sociedade, onde a autora mostra os caminhos da socialização e explica as diferenças entre racismo, preconceito e discriminação, o que é um grande ponto de interrogação na sociedade. Em outro tópico têm-se as relações étnicas no Brasil, com uma breve história sobre o negro e a educação na sociedade brasileira. E por fim, nos dois últimos

tópicos, Eliane Cavalleiro mostra algumas experiências que vivenciou durante os oitos meses de sua pesquisa, bem como alguns resultados e conclusões.

A autora inicia sua obra tratando sobre a necessidade de se discutir sobre relações étnicas e do quanto esta discussão se faz necessária para a promoção de uma educação igualitária e compromissada com o desenvolvimento do futuro do cidadão. As motivações para a produção da obra foram varias, mas o pontapé inicial se deu a partir de seu ingresso no Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro, da universidade de São Paulo (NEINB-USP), além de sua vasta experiência profissional em uma escola de educação infantil por mais de quatro anos. As relações em tal ambiente lhe propiciaram a possibilidade de poder notar que a relação entre crianças e adultos em âmbito escolar era recheada de discriminação, preconceito racial e racismo. Além de sua experiência própria como criança negra em um contexto escolar. A partir de então foi possível que a autora pudesse compreender como se desenvolve o processo de socialização desta nova geração de sujeitos e da relação entre escola e família para contribuição da construção destes sujeitos.

Para a autora há uma necessidade de se discutir sobre racismo, porém ao realizar o mesmo, pode-se trazer a tona a naturalidade de como o racismo prospera em meio a sociedade, como por exemplo, a forma com que o mesmo se dá através da internet e redes sociais, propagando uma ideologia suja e sem cabimento algum. Sendo assim, é importante começar a discutir sobre isso na pré-escola para que se possa trabalhar o caráter das crianças desde o inicio de sua formação, além de que se faça necessária a presença da família neste processo de socialização e educação.

A autora acredita no conceito compartilhado por muitos pesquisadores e estudiosos do desenvolvimento humano (Freud, Piaget, Erikson, Berger, Luckmann, entre outros) tal conceito defende que a socialização do zero aos sete anos é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano, pois considera a educação recebida pela criança como significativa para o desenvolvimento futuro social. Nessa etapa da vida, ocorre a primeira socialização do indivíduo – socialização primária – e é o que nomeia o primeiro capítulo, que chama-se “Educação Infantil – Socialização: Família, Escola e Sociedade”, ela resume a

Socialização Primária sendo “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger & Luckmann, 1976, p. 175).

Ela afirma que numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro, no caso a criança em processo de socialização, interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social e, em conformidade com Berger e Luckmann, Nicolas Caporrós também concebe a socialização primária como uma tarefa familiar. “Da família sai o possuidor, o comunista, a mulher passiva, o dominado e o dominador. (...) as futuras relações homem/mulher, tanto em autovalorização e valorização do outro, já estão ideologicamente plantadas em semelhança às dos adultos” (Caporrós, 1981, p. 52).

Para a autora a socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorre paulatinamente à necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade, esse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social, não se podem esquecer as particularidades de cada ser, além de que a criança mostra-se um parceiro ativo, podendo procurar novas informações em outros lugares. Deste modo, as atitudes e os comportamentos sociais não serão exclusivamente as atitudes e os comportamentos de seus mediadores. Então, pode-se dizer que a experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança.

Já que tanto a escola e a família são mediadores, cria-se um entrave, pois o que para a escola pode representar um problema ou um momento de conflito, no interior do grupo familiar pode representar, apenas, parte do modo habitual da vida do grupo. Problemas encontrados não encontrados pela criança familiar poderão se encontrados no cotidiano escolar. Conseqüentemente, a ausência de relação entre a família e a escola impossibilita, a ambas as partes, a realização de um processo de socialização que propicie um desenvolvimento sadio. Além de que, certos valores, as normas e as crenças incutidas na criança podem diferir nas instituições educativas.

Para ela, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos veem. Desse modo, a identidade é concebida como um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo. Pais, adultos e os pares serão fontes de definição do “verdadeiro” ou “real” da identidade do indivíduo. Esses irão lhe mostrar “aquilo que é permitido, proibido ou prescrito sentir ou exprimir, a fim de que seja garantido, simultaneamente, seu direito à existência, enquanto ser psíquico autônomo, e o da existência do seu grupo, enquanto comunidade histórica social” (Costa, 1994, p.3).

Para a autora, a despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagem baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta. Além de que ela entende a educação como um processo social no qual os cidadãos têm acesso a se prepararem para o exercício de sua cidadania.

Por conta da ausência da educação racial nas escolas, a autora faz alguns questionamentos, sendo eles “Se a educação é um processo social, qual seria a relação entre a aprendizagem de preconceitos, atitudes discriminatórias e a produção escolar de cidadãos? Qual tipo de cidadão está sendo formado nas escolas? Em que medida a socialização, promovida atualmente nas escolas, contribui para a construção de uma sociedade que seja de, de fato, uma “democracia racial”, livre de desigualdades tão gritantes entre negros e brancos? Qual é sua contribuição para a construção de uma sociedade de cidadãos menos racistas?”.

A tentativa de responder essas questões fez com que fosse necessário, a autora fazer uma revisão sucinta sobre o racismo, o preconceito e a discriminação, bem como de algumas palavras sobre as relações étnicas no Brasil. Embora seja uma tarefa bastante complexa, mas imprescindível para se compreender a análise pretendida de racismo, preconceito e discriminação étnicos.

A autora trata o Racismo como uma prática que reproduz na consciência social coletiva um amplo conjunto de falsos valores e de falsas verdades e torna os resultados da própria ação como comprovação dessas verdades falseadas (Cunha Jr. 1992). Além de o

racismo atribuir a inferioridade a uma raça e está baseado em relações de poder, legitimadas pela cultura dominante (Kabengele Munanga, 19960). A forma em que se pode identificar o racismo no Brasil é em leituras comparativas, quantitativas e qualitativas, das desigualdades sociais e das suas consequências na vida da população negra e branca.

E ainda fala sobre a subdivisão de racismo, o racismo individual e o racismo institucional. O primeiro inclui atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios. Contrastando com essa ideia, porém, o racismo institucional engendra um conjunto de arranjos institucionais que restringem a participação de um determinado grupo racial. Esse tipo de racismo está ligado à estrutura da sociedade e não aos seus indivíduos.

A autora entende o preconceito como um julgamento negativo, na maioria das vezes, e, prévio em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significado. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apoia em uma experiência concreta. Ele sinaliza suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a “outras raças, credos, religiões, etc”. Deste modo, o preconceito envolve aspectos emocionais e cognitivos. É “um modo efetivo e categórico de funcionamento mental que inclui pré-julgamento rígido e julgamento errado dos grupos humanos” (Pettigrew, 1973).

A maneira em que a autora mostra o preconceito racial no Brasil é através do envolvimento de atitudes e comportamentos negativos e, em algumas situações, atitudes supostamente positivas contra negros, apoiadas em conceitos ou opiniões não fundamentadas no conhecimento, e sim na sua ausência. A essência do preconceito racial “reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”. (Hasenbalg, 1981, p.1).

A autora diz que a Discriminação se evidencia quando, em condições sociais dadas, de suposta igualdade entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão do grupo, desconsiderando suas habilidades e conhecimentos. Na nossa sociedade, ela vê como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda sociedade brasileira, direta ou indiretamente.

Ao tratar sobre Convivência multiétnica, aos poucos foi percebido que há uma ausência de questionamentos sobre a diversidade étnica que sinaliza o despreparo e desinteresse da escola pra lidar com estas situações, nas reuniões pedagógicas não é abordado o assunto logo sendo tratado como um assunto pessoal e não sério mas reconhecem a falta de preparação para lidar com estas situações uma das professoras chagou a ter dois alunos negros no qual os chamava de São Benedito e fala sobre o mal comportamento das crianças. A Desvalorização sistemática é notada quando grande parte dos comentários feitos em sala repercutiu negativamente na autoestima das crianças expondo as a humilhação como nos momentos em que a professora pede para que elas amarrem o cabelo por ser “armado” uma das garotinhas brincava com uma boneca negra onde a coleguinha responde que ela havia ganhado a boneca por ser preta e que ela não tinha bonecas pretas, pois ela gostava das brancas a outra garota ao ser questionada sobre sua cor ela se diz ser morena e se pudesse mudar, seria branca.

Família e relações étnicas: durante esta parte do livro a autora trata sobre as relações dos indivíduos no meio social, como eles lidam com o racismo no dia a dia em ambientes distintos, no trabalho, na escola e em casa. Foram realizadas diversas entrevistas com os familiares, onde a preocupação básica era levantar os efeitos das relações multiétnicas, na sociedade brasileira e na vida dos entrevistados.

E analisando os depoimentos dados é fácil observar que existe uma diferença bastante acentuada entre os depoimentos dos integrantes do grupo negro e os do branco. Para os negros o reconhecimento do preconceito se dá de modo concreto e os prejuízos podem ser contabilizados, já as famílias bancas apesar de reconhecerem a existência do preconceito, elas o tratam como algo normal, algo que sempre existirá e que não adianta querer acabar com ele.

A autora fala também de como essas entrevistas revelam o preconceito na relação conjugal e familiar. Onde uma entrevistada diz que o seu parceiro só assumiria o filho se fosse branco e que antes dela sua mãe também já viveu situações semelhantes.

A desigualdade de diretos e as diferenças derivadas da condição étnica aparecem claramente quando o negro se candidata a um emprego, uma das entrevistadas afirma que sempre perde a vaga de emprego para alguém branco e que a maioria dos funcionários sempre



são brancos, outra mulher relata as humilhações sofridas no seu ambiente de trabalho por parte de seus superiores, que era agredida ofendia, mas teve eu abaixar a cabeça, pois precisava muito do emprego.

Para os indivíduos negros, a experiência escolar também parece repleta de acontecimentos prejudiciais, o que dificulta a aquisição de uma identidade positiva, ao mesmo tempo em que lhes confere o lugar daquele que não é bem-vindo e aceito no grupo. Uma entrevistada afirma que era frequentemente discriminada por outros alunos e pelos professores, agredida várias vezes por colegas, a entrevistada aponta o preconceito, como o fator responsável por toda a violência sofrida. E devido a toda essa agressão a entrevistada afirma que nem conseguia se concentrar nos seus estudos e começou a ficar retraída, com vergonha de ser negra. E é apontado também a existência de um mau atendimento para as mães e parentes de crianças negras por parte de professores e funcionários,

Bem diferente, entretanto, é a percepção que as famílias brancas têm do problema étnico no Brasil. O branco apenas vê o preconceito e não sofre, diretamente, as consequências dele.

Sem dúvida, as entrevistas apontam para a existência do preconceito na sociedade atual. Entretanto, percebe-se que essa questão é camuflada até mesmo no cotidiano familiar. Dessa maneira, a criança não é educada para respeitar e conviver com as diferenças, sobretudo com as diversidades étnicas. As mães afirmam não ter tempo de conversar sobre esses assuntos com seus filhos ou então acabam esquecendo, deixando toda a responsabilidade para a escola que geralmente possui pouco preparo para abordar esse assunto. A ausência de informação pode representar para a criança branca a ideia de pertencer a um grupo étnico superior, visto que essa ideia é muito difundida pela sociedade de modo implícito e até mesmo explícito. Por outro lado, para a criança negra esse silêncio sobre o preconceito pode levá-la a entender o seu grupo como inferior, ideia que se conforma automaticamente, à superioridade branca.

Outra consequência do silêncio no lar pode resultar na dificuldade da criança negra agir diante de situações de conflitos étnicos. As crianças não sabem o que fazer e geralmente acabam ficando com vergonha de contar para os pais.

Quanto a quem cabe conversar sobre preconceito com a criança, não há uma única indicação. Assim, ora a família aparece como aquela que deve desempenhar esse papel é transferido para a escola. O problema é quem muitas mães passam essa responsabilidade apenas pra escola, pois geralmente os pais tem uma compreensão errada do papel da escola.

De forma objetiva e de uma linguagem compreensível a todos os públicos, a obra que é resultado de oito meses de pesquisa em uma pré-escola municipal aborda diversas situações que acabam por chocar o leitor. São situações rotineiras de racismo, preconceito e discriminação racial em âmbito escolar retratados em uma profundidade que nos possibilitar por vezes projetar as cenas em nossas mentes e se emocionar ao sentir que este tipo de situação ainda se faz presente de uma explícita ou não.

Uma pesquisa extremamente original, já que há um silenciamento em cima do racismo no âmbito escolar que acaba propiciando uma suposta “democracia racial” que por vezes é abordada pela autora. Pode-se então afirmar que a pesquisadora foi muitíssimo feliz pela sua originalidade. Cabe ressaltar que devido sua escrita leve, objetiva e completa, não é necessário que haja conhecimentos prévios sobre o assunto para que se possa compreender o texto, já que a autora antes de descrever como foi sua experiência na pré-escola como pesquisadora, faz todo um aparato esclarecendo os termos a serem utilizando, propiciando assim um melhor entendimento de sua completíssima obra.

A obra acaba por destacar o quão é importante que a sociedade tenha entendimento de que o racismo existe sim e é constante, principalmente no âmbito escolar, em específico, as crianças. Além de abranger todos os tipos de públicos, principalmente aos racistas para que se possam ter a noção do quão prejudicial se torna para a sociedade um comportamento baseado em ignorância e intolerância.